

Extensão Rural e Turismo: caminhos que se cruzam?

Rural Extension Service and Tourism: are there crossing paths?

Extensión Rural y Turismo: caminos que se cruzam?

Alexandre Mendes de Pinho¹
Andrea Rabinovici²

Resumo

A extensão rural contemporânea se depara com um meio rural transformado num espaço de novas ruralidades, entre elas a inserção do turismo, devendo então reorientar a atuação de seus técnicos, preparando-os para novas práticas extensionistas. De modo geral, a participação das entidades públicas de extensão rural no contexto do turismo ainda é incipiente e varia entre os Estados. Este artigo traz alguns aspectos advindos de uma pesquisa descritiva realizada no ano de 2013 junto a técnicos do serviço de extensão rural oficial do Estado de São Paulo, sobre sua percepção no contexto do turismo rural e sobre sua preocupação com a sustentabilidade aplicada ao turismo. É fundamental investir em treinamento para estes técnicos, em especial em capacitações diferenciadas que promovam análises críticas ao turismo. Os extensionistas adquirem importante papel social como agentes mediadores de desenvolvimento, desde que por meio de processos endógenos e participativos, abordando as relações e conflitos entre cultura, comunidade rural, meio ambiente, patrimônio e turismo.

Palavras-chave: Extensão rural; Turismo rural; Estado de São Paulo; Sustentabilidade.

Abstract

The contemporary rural extension service comes across a rural area transformed into new ruralities, including tourism, redirecting the work of their technicians preparing them for new extension practices. In general, public involvement in the context of extension for rural tourism is still limited and it varies among states in Brazil. This article presents some aspects arising from a descriptive survey conducted in 2013 with the technical agents of the extension in São Paulo State, Brazil, about their perception of rural tourism and their concern with sustainability applied to touristic activities. It is essential to invest in training for these technicians, particularly in differentiated capabilities that promote critical analysis to tourism.

¹ Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Assistente Agropecuário na Comissão Técnica de Turismo Rural da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - CATI/SAA. Brasil. E-mail: almendes01@gmail.com

² Doutora em Ambiente e Sociedade, Mestre em Ciência Ambiental. Docente do Mestrado em Análise Ambiental Integrada da Universidade Federal de São Paulo UNIFESP. Professora e orientadora no Mestrado Profissional em Sustentabilidade em Gestão Ambiental da Universidade Federal de São Carlos UFSCar. Docente colaboradora do Mestrado em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior de Conservação Ambiental Sustentabilidade (ESCAS).Brasil. E-mail: arabinovici@unifesp.br



Extension acquires important social role as mediators of development since it is provided by endogenous and participatory processes, dealing with the relations and conflicts among culture, rural community, environment, heritage and tourism.

Keywords: Rural extension; Rural tourism; São Paulo State; Sustainability.

Resumen

La Extensión rural contemporânea depara-se com um meio rural transformado em uno espacio de nuevas ruralidades, entre ellas están la inserción del turismo, debiendo entonces conducir la actuación de sus técnicos, preparandolos para nuevas prácticas extensionistas. De modo general, la participación de las entidades públicas de extensión rural en el contexto del turismo aún es incipiente y cambia entre los Estados. Este artículo trae algunos aspectos surgidos de una pesquisa descriptiva realizada en el año de 2013 junto a los técnicos de lo servicio de extensión rural oficial de lo Estado de São Paulo, acerca de su percepción en lo contexto del turismo rural y acerca de su preocupación con la sustentabilidad aplicada al turismo. La inversion en la formación de estos técnicos es fundamental, en particular en capacitaciones diferenciadas que promuevan la analisis crítica al turismo. Los extensionistas adquieren importante rol social como mediadores de desarrollo, desde que empleen procesos endógenos y participativos, abordando las relaciones y conflictos entre culturas, comunidad rural, medio ambiente, patrimonio y turismo.

Palabras clave: Extension rural; Turismo rural; Estado de São Paulo; Sustentabilidad.

1. Introdução

A partir da década de 1980 observou-se no meio rural brasileiro a ocorrência de certas transformações econômicas, com crescente modernização da agropecuária, o surgimento de atividades agrícolas diversificadas e a adoção progressiva de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao turismo, à prestação de serviços e a atividades industriais. Neste panorama de diversificação os produtores rurais têm encontrado novas oportunidades a partir da valorização de bens não tangíveis, antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário (SILVA et al., 2002, p.41).

Hanai (2009) aponta que a atividade turística nos ambientes rurais vem mostrando altas taxas de crescimento, e isto se deve principalmente à necessidade da busca de alternativas para aumento de renda pelos produtores rurais, aliada à procura pelos visitantes que buscam o descanso e a convivência com a vida rural.

Segundo Queiroz (2005), o aumento do turismo no meio rural traz consigo alguns questionamentos sobre qual o papel que o poder público deveria assumir no apoio a essa



atividade, e quais mudanças seriam necessárias para fortalecê-la, no âmbito de estratégia política e de extensão rural.

É importante destacar que, em acréscimo às transformações econômicas, o meio rural tem explicitado diversas questões socioambientais, como a temática da sustentabilidade em seus vários aspectos, que se traduzem nos fluxos de êxodo rural, nas desigualdades sociais, na falta de sensibilização para a preservação ambiental, nos prejuízos à identidade cultural das comunidades, entre outros. Estas questões, assim como os ideais de desenvolvimento sustentável, a qualificação do atendimento à agricultura familiar e os enfoques sistêmico e participativo na prática extensionista, vieram alimentar o debate para propostas de reformulação dos serviços de extensão rural (PINTO, 1998).

Caporal e Ramos (2006) observam que atuar neste cenário demanda uma diferente conduta de trabalho das entidades de extensão rural, na qual seus gestores e agentes devem assumir novos papéis, que priorizem a ação educativa, democrática e participativa, de modo que estejam sintonizados com esta nova realidade, incorporando ideais de sustentabilidade em suas práticas de extensão.

Diante do exposto, a proposta deste artigo é realizar uma breve reflexão, por meio de pesquisa bibliográfica, sobre aspectos da convergência entre a atuação do serviço público de extensão rural – tomando-se como objeto de estudo as entidades vinculadas aos governos estaduais – e a atividade turística no meio rural que demanda estes serviços.

A partir daí o artigo traz estes aspectos para o Estado de São Paulo, apresentando alguns resultados de uma pesquisa de mestrado desenvolvida em 2013 junto a técnicos extensionistas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI³, pontuando considerações sobre sua percepção em relação à atuação no campo do turismo rural, e procurando ainda revelar elementos sobre sua preocupação com a sustentabilidade.

2. Extensão Rural no Brasil: um breve resgate

A Lei nº12.188/2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, apresenta uma definição para o termo extensão rural como o “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão,

³ A CATI é o órgão de extensão rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.



produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

O serviço de extensão rural é representado por um conjunto de entidades ligadas aos setores governamentais e não governamentais, sendo reconhecidas pelo governo federal por meio do Sistema Brasileiro de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER⁴.

Os modelos e programas de assistência técnica e extensão rural se iniciaram no Brasil a partir do final da década de 1940, passando por três períodos principais: a) o chamado humanismo assistencialista, onde a extensão rural estabelece uma relação de caráter tutelar e humanitário com os pequenos produtores, preocupada com a melhoria das condições de vida da população rural; b) o difusionismo produtivista, a partir do início dos anos 1960, que acompanha o momento em que a prioridade do Estado passa a ser a modernização tecnológica da agricultura, sendo público preferencial os médios e grandes produtores; c) o humanismo crítico, a partir dos anos 1980, caracterizado pela evidência da revisão no paradigma produtivista da extensão rural, retomando como prioridade a família rural porém com uma dimensão menos assistencialista (PINTO, 1998).

Este terceiro período é caracterizado pela realização de esforços para o planejamento e implantação de uma política de formação extensionista que se apresentasse coerente com o novo papel vislumbrado para o serviço de extensão rural (PINTO, 1998). Neste caminho, foi elaborada em 2004 uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a PNATER, que legitimaria novos princípios e objetivos para a extensão rural, almejando que esta fosse orientada por ações interdisciplinares, múltiplas, contínuas, que contemplassem a participação e a gestão compartilhada dos atores sociais envolvidos com o meio rural.

Com base nessa proposta, a atuação da extensão rural junto aos agricultores, grosso modo, não mais se restringe à assessoria técnica com fins produtivistas como em tempos passados. Pelo contrário, percebe-se que expande suas atribuições para a proposição, articulação e acompanhamento de políticas públicas de desenvolvimento, assim como para a promoção do planejamento integrado de ações que oportunizem a geração de emprego e renda, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental (PETTAN, 2010).

⁴ Segundo Pettan (2010), em 10/11/2009 o Brasil contava com 532 entidades públicas estaduais e não estaduais prestadoras dos serviços de extensão rural credenciadas junto ao SIBRATER, sendo que entre estas, o grupo das instituições estaduais era composto por 27 entidades associadas à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – Asbraer.



A partir da compreensão do serviço de extensão rural como um esforço para contribuir com o desenvolvimento das comunidades rurais, Rameh e Santos (2011) trazem o foco para o turismo rural acreditando que esta atividade possa constituir elemento significativo neste processo e consideram a PNATER, juntamente com as demais políticas públicas voltadas ao turismo rural, instrumentos fundamentais nesse contexto.

3. Extensão Rural e Turismo na Agricultura Familiar

Em 2004 o Ministério do Turismo – Mtur elaborou um documento que ofereceu a todos os atores envolvidos no segmento do turismo rural algumas diretrizes que se propunham ser “norteadoras para a convergência de políticas e de ações no processo de ordenamento do Turismo Rural no país como atividade capaz de agregar valor a produtos e serviços no meio rural e contribuir para a conservação do meio ambiente e valorização da ruralidade brasileira” (BRASIL, 2004, p.7).

Seguindo na mesma corrente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA instituiu em 2004 o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF, tendo como objetivo principal a implantação e o fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares (BRASIL, 2004). O programa propunha uma articulação de âmbito nacional entre instituições, técnicos e agricultores familiares que atuam no segmento do turismo rural, além de ações de capacitação de extensionistas e agricultores, elaboração de materiais técnico-didáticos e divulgação de ferramentas para gestão de empreendimentos rurais (BONETTI; CANDIOTTO, 2012).

O agricultor familiar⁵ que é foco do PNTRAF também constitui público prioritário das instituições públicas de extensão rural do país. Desta maneira se configura uma proposta de conexão entre a instância federal e as esferas do serviço de extensão, apresentando como contexto a inserção da agricultura familiar no segmento do turismo, e propondo um alinhamento de ações junto aos eixos estratégicos do PNTRAF e às políticas definidas pelo Ministério do Turismo.

⁵ O conceito de agricultor familiar é definido pela lei nº11.326/2006, que considera para esse perfil algumas características como a condição de posse e uso da terra, a predominância de mão-de-obra familiar e o percentual de renda gerada por meio da exploração do estabelecimento rural.



Considerando estas políticas como referências para as entidades de extensão rural no Brasil, encontram-se na produção acadêmica poucos trabalhos que permitem qualificar, ainda que superficialmente, a atuação de algumas destas instituições de âmbito estadual no campo do turismo.

Em uma pesquisa envolvendo a extensão rural no Estado de Pernambuco, Rameh e Santos (2011, p.54) perceberam que “o apoio governamental ao turismo rural na agricultura familiar está dando seus primeiros passos”, sendo que alguns extensionistas “ainda não conhecem suficientemente a Política [Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural] e praticamente todos desconhecem as diretrizes do PNTRAF”. Os autores mencionam que este desconhecimento contribui para que os técnicos não incorporem às suas práticas ações promotoras de atividades não agrícolas, sobretudo o turismo rural.

Por outro lado, percebe-se que o governo do Rio Grande do Sul tem dado significativa importância ao turismo rural por meio de ações e objetivos bem delineados para a atuação da extensão, norteados não somente pelas políticas de âmbito federal, mas também por programas e legislação construídas no próprio Estado, a exemplo da Lei nº 12.845/2007 que institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no Estado do Rio Grande do Sul.

Ceretta e Santos (2013) comentam que o trabalho com turismo rural pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER gaúcha consolidou-se institucionalmente a partir de 2004, e que desde 2010 a entidade conta com um profissional turismólogo em seu quadro de funcionários.

Guimarães (2002) aponta que a EMATER do Estado de Minas Gerais trata o turismo rural a partir do encontro de dois interesses: dos produtores que buscam diversificar suas atividades por motivos econômicos, e do serviço de extensão ciente de seu papel para o desenvolvimento rural. A autora menciona que a instituição tem como estratégia de ação o trabalho na base de programas e projetos em regiões onde o turismo rural mostra perspectivas de resultados, e ainda destaca diversas ações realizadas por seus extensionistas, tais como diagnósticos, capacitações, dias de campo e apoio na criação de roteiros turísticos.

Andrade (2012) comenta que ainda são escassos os estudos relativos a turismo rural no Nordeste, em razão do pouco desenvolvimento da atividade na região. Para o autor, os Estados do Nordeste que lhe dão maior relevância são Pernambuco, Bahia e Ceará. No Rio Grande do Norte, região pesquisada pelo autor, o turismo rural vem crescendo muito



lentamente, havendo poucos estudos sobre a prática da atividade turística no espaço rural. Na mesma lógica, é esperado que a atuação dos serviços de extensão no campo do turismo também seja incipiente.

Tal como o turismo rural, aliando os preceitos de sustentabilidade, empreendedorismo local (com comércio justo e economia solidária) e conservação ambiental há o Turismo de Base Comunitária (TBC) como alternativa. O TBC permite a prática mesclada e integrada de atividades turísticas, privilegiando, assim como o turismo rural, a perspectiva de conhecer e compartilhar modos de vida distintos. Ambos têm como característica a visita e a vivência no local de reprodução do modo de vida do visitado. O caráter comunitário do TBC inclui a distribuição equitativa dos lucros, com investimentos em projetos sociais ou de produção, como deveriam ser todos os que se filiam ao turismo tido como sustentável (BARTHOLO et al, 2009).

Na perspectiva da assistência técnica extensionista, o TBC pode ser considerado alternativa econômica que parte da comunidade (ZECHNER et al, 2008:1).

Maldonado (2009), após avaliar experiências de turismo realizadas por comunidades observou que muitas das deficiências encontradas nos projetos de TBC devem-se ao imprevisto, falta de profissionalismo e de conhecer o mercado e a gestão de negócios. Este aspecto pode ser enfrentado com apoio da extensão rural caso se aproprie desta alternativa e a aplique em suas ações.

No Estado de São Paulo, embora incipientes, as iniciativas de TBC começam a aparecer, especialmente no Vale do Ribeira. Todas elas em áreas rurais.

4. Turismo Rural no Estado de São Paulo e o Serviço Estadual de Extensão Rural

O Estado de São Paulo representa hoje um dos mais importantes destinos de turismo rural no Brasil. Um levantamento realizado pelo Projeto LUPA - Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária (SÃO PAULO, 2008), mostra que em 2008 já havia, entre os 645 municípios do Estado de São Paulo, 250 apresentando pelo menos uma propriedade rural desenvolvendo atividades de turismo, sendo também que em 281 municípios foram registrados estabelecimentos rurais que ofereciam meios de hospedagem.



Considerando-se a existência de grande número de centros emissores de demanda no Estado para esta modalidade de turismo, muitas propriedades rurais criaram ofertas de produtos turísticos em várias regiões do Estado. No ano de 2010 já havia mais de dezesseis polos turísticos rurais, inclusive em regiões reconhecidas no mapa agropecuário do Estado como fronteiras de expansão agrícola, que também ofertam atividades turísticas rurais, priorizando deste modo a recepção pelas populações locais (ROQUE, 2010).

Diante deste panorama cabe perguntar se os caminhos da extensão rural no Estado de São Paulo estão indo de encontro a essa demanda.

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, pertencente à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, é o órgão oficial responsável por ações de extensão junto aos produtores rurais no Estado de São Paulo, e seu público preferencial é o produtor com perfil de agricultor familiar. Em 2013, a CATI mantinha uma estrutura de atendimento que abrangia 92% dos municípios do Estado, por meio de 40 Escritórios Regionais de Desenvolvimento Rural e 594 Casas da Agricultura (locais), onde ficam sediados seus técnicos extensionistas⁶.

A Extensão Rural representada pela CATI, segundo Pinto (1998), atravessou um período marcante de reestruturação a partir de 1997, quando a entidade passou por uma reforma institucional que colocou o discurso do desenvolvimento sustentável como tônica de sua missão⁷.

Tonet (2008) explica que a entidade buscou delinear uma nova visão institucional em consonância com a PNATER, e cuja atuação extensionista focasse não somente o produto agropecuário e suas formas de exploração, mas também que se preocupasse com a vertente social do homem do campo. O autor aponta como um grande desafio da extensão rural a superação dos limites na formação extensionista, voltada a um novo profissional que esteja preparado para interagir com as comunidades rurais e construir com elas o próprio conceito de desenvolvimento sustentável.

⁶ Informações obtidas no *site* da CATI (www.cati.sp.gov.br) em 01/10/2013, no Decreto Nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997, e a partir de conhecimentos do autor, que faz parte do quadro de servidores da instituição, na função de Assistente Agropecuário.

⁷ A missão institucional da CATI é “promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”. Fonte: www.cati.sp.gov.br



De acordo com informações obtidas junto ao Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Técnico da CATI, tem-se que desde o marco de reestruturação da CATI (em 1997) houve de fato esforços institucionais em capacitação para a chamada “nova extensão”. Foram apresentados e discutidos com os extensionistas princípios de desenvolvimento sustentável, assim como novos enfoques metodológicos e aspectos relativos à gestão e à participação (metodologias participativas de trabalho), além das diretrizes orientadoras propostas pela PNATER.

Para se verificar com profundidade os atuais efeitos e resultados alcançados a partir desses esforços, seria necessária uma análise mais criteriosa por meio das pesquisas e trabalhos já publicados sobre o perfil de extensionistas, tais como os realizados por Pinto (1998), Lima (2001) e Pettan (2010).

Levando o campo de atuação da CATI para o plano do turismo rural – e permeando os ideais almejados pela nova postura de atuação já mencionada, as ações mais recentes de âmbito institucional promovidas pela entidade foram a realização em 2007 de um Seminário Estadual de Turismo e Artesanato Rural na Agricultura Familiar, com a proposta de promover debates e trocas de experiências sobre o turismo rural como ferramenta de desenvolvimento local, e a criação em 2010 de uma comissão técnica específica para assuntos relativos ao turismo rural.

Porém, não é possível afirmar que estas duas iniciativas contribuíram para delinear uma proposta institucional oficial de abordagem das questões relativas ao turismo no meio rural pelo serviço paulista de extensão rural⁸.

Neste mesmo sentido, o TBC não teve ainda espaço na agenda da CATI e por este motivo não foi trabalhado nesta pesquisa, a não ser como alternativa a ser considerada, junto com outros arranjos produtivos possíveis.

Surge então a possibilidade de se pontuar algumas das relações entre a extensão rural e o turismo, considerando-se o Estado de São Paulo, a partir da coleta de informações obtidas dos próprios extensionistas sobre sua atuação no âmbito do turismo.

⁸ Nota dos autores.

5. As Opiniões de Extensionistas da CATI

A análise de alguns dos dados obtidos por meio de uma pesquisa descritiva⁹ de caráter qualitativo/quantitativo realizada no ano de 2013 por um dos autores deste artigo, permitiu apresentar aspectos sobre a percepção dos extensionistas da CATI no contexto do turismo rural, bem como alguns elementos indicativos sobre sua preocupação com a sustentabilidade aplicada ao turismo.

A coleta de informações para a pesquisa foi feita por meio de questionários aplicados aos extensionistas cujos municípios de atuação apresentaram o turismo rural como relevante nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS¹⁰, ou então que mostraram número significativo de empreendimentos de turismo rural tendo como base o ano de 2006, segundo o Guia de Turismo Rural no Estado de São Paulo (ROQUE, 2006). O universo amostral constituiu-se por 87 municípios selecionados com estas características, sendo que 85% dos extensionistas que atuam nestes municípios contribuíram com a pesquisa, respondendo ao questionário. Os técnicos pesquisados eram servidores públicos do Estado (pertencentes ao quadro da CATI) ou então dos municípios, sendo estes disponibilizados pelas prefeituras para realizarem serviços de extensão rural em parceria com o Estado, via convênio SEIAA - Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento¹¹. A formação destes extensionistas era em grande maioria (95%) na área das ciências agrárias.

A seguir é apresentada uma parte dos dados coletados, sendo estes representados por meio de gráficos que possibilitaram sua análise e a realização de algumas reflexões.

⁹ Pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, podendo haver o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 1987, p.45).

¹⁰ O PMDRS de um município é o referencial que fornece diretrizes para elaboração de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do meio rural. Fontes: *site* da CATI (www.cati.sp.gov.br); Decreto nº32.553, de 9 de novembro de 1990; Decreto nº44.642, de 6 de janeiro de 2000.

¹¹ O SEIAA se efetiva com a formalização de um convênio entre municípios e o Estado. Tem entre outros objetivos a integração dos serviços de assistência técnica e extensão rural, e estabelece que compete ao município designar servidores de seu quadro para a execução destes serviços – desta maneira, estes profissionais passam a auxiliar a CATI em seu trabalho junto ao produtor rural, aumentando sua capacidade de atendimento. Fontes: Decreto nº 35.673/92; Decreto nº 40.103/95; Decreto nº44.642/2000.



Figura 1. Extensionistas com alguma formação na área de turismo.

A Figura 1 revela que a maioria dos extensionistas participantes da pesquisa não recebeu nenhum tipo de capacitação na área de turismo. Analisando-se as descrições prestadas por aqueles que participaram de treinamentos nesta área (15%), tem-se que a maioria destes mencionou tratar-se de cursos realizados por outras instituições, com destaque para os cursos do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; porém, apenas uma minoria apontou haver o envolvimento da CATI em sua promoção ou realização.

Rameh e Santos (2011) afirmam ser fundamental a capacitação de agentes dos serviços de extensão rural quando se quer estimular as atividades rurais não agrícolas, sobretudo aquelas voltadas à oferta de serviços, já que normalmente sua formação ou sua vivência profissional prévia não são favoráveis nesse contexto. Os autores destacam que é necessário investir em capacitações que apresentem e esclareçam aos extensionistas as diretrizes do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF.

O PNTRAF por sua vez indica que o poder público, por meio do serviço de extensão rural, deve desempenhar um papel essencial no apoio, implantação e fomento do turismo rural (BRASIL, 2004). O serviço de extensão assumiria este compromisso à medida que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER abre espaço para as atividades rurais não agrícolas trazendo diretrizes para nortear ações voltadas ao turismo rural (RAMEH; SANTOS, 2011).

Candiotto (2013) destaca que deve haver precaução quando se aborda a questão das capacitações, tendo em vista que as diretrizes do PNTRAF demonstram clara preocupação do governo em inserir os agricultores familiares envolvidos com o turismo rural no mercado turístico e em qualificar seus produtos e serviços.



A maioria dos técnicos que informaram na pesquisa ter alguma formação em turismo indica ter participado de cursos de capacitação voltados para produtores rurais. Pelo fato de as instituições que trabalham com estas capacitações serem normalmente aquelas ligadas de alguma forma ao *trade*¹² turístico (órgãos públicos de turismo, empresas de consultoria, profissionais de turismo, setor empresarial - SEBRAE, SENAR, SESC, SENAC), então os valores retransmitidos aos agricultores seriam prioritariamente mercantis e empresariais, “pautados na expansão do turismo e na exaltação do empreendedorismo e da necessidade de crescimento econômico para os agricultores” (CANDIOTTO, 2013, p.123), restando como aspectos secundários os discursos de valorização sociocultural, melhoria da qualidade de vida e preservação ambiental.

A afirmação de Candiotto abre então espaço para dois questionamentos: de que forma a produção literária técnica e acadêmica, na qual supostamente são pautados os conteúdos das propostas de capacitação em turismo direcionada a agentes mediadores de desenvolvimento rural, está contribuindo para a inserção de outras vertentes temáticas relacionadas ao desenvolvimento do turismo, além da econômica?

O que se observa, ao menos na produção acadêmica, é que diversos autores apresentam em seus trabalhos um discurso que exalta o papel educativo destes agentes baseado em pedagogias emancipatórias e transformadoras, ao mesmo tempo em que os incentiva à replicação de aspectos relacionados mais aos benefícios do turismo para as comunidades rurais do que aos conflitos que este possa induzir. Por outro lado, nota-se que poucos pesquisadores discutem estes aspectos por meio de análises críticas e ainda questionam as implicações do turismo baseado na lógica vigente de mercado sobre as comunidades receptoras.

Trazendo estas constatações para a realidade da CATI perante sua preocupação em treinar e preparar seus técnicos para as demandas do turismo rural, surge uma segunda questão: se a instituição se pauta num discurso de promoção do desenvolvimento sustentável (inspirado por sua missão institucional), cuja ideia destaca a gestão participativa na prática extensionista, então não seria mais lógico que as capacitações em turismo rural devessem estimular os técnicos a fazerem reflexões críticas sobre esta atividade econômica diante do contexto social-

¹² Conjunto de agentes, operadores, hoteleiros, transportadores e prestadores de serviços turísticos. (CANDIOTTO, 2013, p.112)



cultural-ambiental-político das comunidades rurais onde atuam, para assim poderem desempenhar de forma efetiva seus papéis de educadores-mediadores para o desenvolvimento?

Acredita-se que o investimento em capacitações diferenciadas, as quais apresentem contrapontos àquelas mencionadas por Candiotto (2013), seja fundamental. Ainda que se torne necessária uma busca para encontrar opções dessas capacitações já formatadas e disponíveis para os extensionistas, mencionam-se aqui duas temáticas pelas quais elas poderiam se orientar:

a) treinamentos voltados à sensibilização para o turismo, a exemplo da proposta metodológica de Hanai e Espíndola (2011), que afirmam ser essencial a discussão de novas concepções de planejamento para o turismo rural, sendo que este deve enxergar os problemas e a dinâmica locais, a diversidade cultural e ambiental e, sobretudo, ser participativo, onde a comunidade local deve ser colocada como prioritária nos espaços de discussão. A partir daí, os autores defendem que previamente à ocorrência e debates participativos sobre o planejamento e a implantação do turismo numa comunidade, é importante haver iniciativas que se empenhem na sensibilização turística dos povos anfitriões sendo que, quando falam em sensibilização, os autores se referem a ações de “esclarecimento e não de convencimento sobre o turismo” (HANAI; ESPÍNDOLA, 2011, p.9), isto é, ações que procurem discutir e esclarecer os potenciais benefícios e também os riscos que o turismo pode trazer para certos destinos.

b) treinamentos com enfoque em metodologias de educação patrimonial, como as propostas por Horta et al. (1999), Grunberg (2007), Magalhães (2009) e Florêncio (2012). Estas metodologias propõem ações educativas como mediadoras para a construção coletiva de conhecimentos que busquem a valorização do patrimônio cultural, na intenção de levar o indivíduo ou a comunidade a se reconhecer como produtora de saberes, procurando mostrar-lhes que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios, associados à memória local. A educação patrimonial constitui então, no caso específico do turismo rural, uma ferramenta para a afirmação dos sujeitos em seus mundos e em seus patrimônios culturais (HORTA et al., 1999), de modo que possa estimular estes sujeitos a refletirem sobre sua vulnerabilidade social e cultural perante o fenômeno do turismo.

c) treinamentos com a abordagem dos princípios do TBC como oportunidade de revisão de conceitos e de estímulo ao pensamento crítico quanto ao turismo convencional, seja ele em ambiente urbano ou rural.

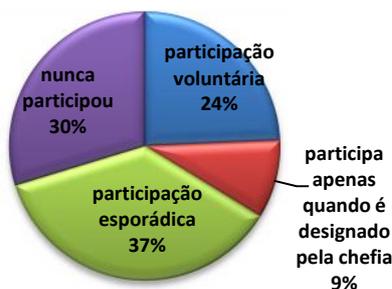


Figura 2. Participação de extensionistas em eventos locais ou regionais ligados ao turismo (reuniões, palestras, feiras, *workshops* etc.)

Analisando-se agora a Figura 2, que considera a participação em eventos de caráter não pedagógico, pode-se verificar que 30% dos técnicos pesquisados da CATI nunca participaram de evento algum na área de turismo, a despeito destes atuarem em municípios onde supostamente o turismo é evidente na economia do município ou então se mostra como atividade com potencial reconhecido pelo próprio município por meio de ações de diagnóstico ou planejamento. Como já foi comentado, a amostragem de técnicos participantes da pesquisa considerou os municípios que apresentaram tais características.

Por outro lado, a maior parte dos extensionistas (70%) respondeu que participa em eventos na área de turismo rural – porém uma parcela considerável dentro deste grupo (52%) o faz esporadicamente.

A importância de se observarem esses dados reside na hipótese de que a participação em eventos específicos do turismo rural poderia auxiliar o extensionista a enxergar e a reconhecer seu papel neste segmento – além obviamente de prover contato com novos conhecimentos, atores e informações atualizadas do setor.



Figura 3. Consideram importante a atuação do serviço de extensão no âmbito do turismo rural



Figura 4. Motivação para atuar no âmbito do turismo rural

Passando para a análise das Figuras 3 e 4, é possível verificar que a maior parte dos técnicos reconhece a atuação no segmento do turismo rural como atribuição do extensionista, porém um pouco menos da metade (47%) se sente motivada a desempenhar este papel.

Em suas justificativas sobre a importância desse tipo de atuação, os técnicos referem-se principalmente às oportunidades de geração ou aumento de renda para o agricultor, ao vínculo necessário com a produção agropecuária e ao reconhecimento da atividade do turismo rural como uma cadeia produtiva¹³ inerente ao agricultor e que naturalmente demandaria o serviço de extensão. Também houve referências ao papel do extensionista como articulador de ações, e ainda às dimensões social e ambiental inseridas no contexto do turismo, como possibilidades de abordagem pelo trabalho da extensão.

O Decreto nº41.608/1997 determina as atribuições dos extensionistas da CATI que atuam por meio das Casas da Agricultura junto aos produtores rurais. Elas referem-se ao estímulo ao desenvolvimento rural em ampla abrangência, permeando as atividades rurais agrícolas e não agrícolas e abrangendo outras temáticas além da técnica e da econômica – deste modo, a própria norma que regulamenta as atribuições dos técnicos justifica a atuação destes junto às comunidades no âmbito do turismo.

Solla (2002) considera fundamental que haja o auxílio de agentes externos para um desenvolvimento local abrangendo a atividade do turismo rural, em função da carência de

¹³ Este conceito pode ser encontrado na publicação “Estudo preliminar da cadeia produtiva do turismo rural” do IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (2013), disponível em <www.idestur.org.br/pdf/estudo.pdf>



peessoas tecnicamente capacitadas (comum em comunidades rurais) e da ocorrência de inibições nos processos de participação como consequência de práticas autoritárias e carregadas de discursos ideológicos oriundos dos tempos em que o turismo era propagado como “indústria limpa e sem chaminés”, por outros agentes também externos envolvidos no segmento do turismo.

Trazendo à tona a atribuição dos extensionistas como facilitadores entre comunidades rurais e as questões relativas à inserção do turismo, Bricalli et al. (2002, p.187) apontam que estes profissionais podem adquirir importante papel social como “agentes mediadores, que interagem com as famílias, apreendendo a sua realidade e construindo conjuntamente as soluções possíveis a partir das necessidades levantadas”, por meio de metodologias efetivamente participativas que abordem as relações e conflitos entre cultura, sociedade, meio ambiente, patrimônio e turismo.

Solla (2002) reconhece que, para se vislumbrar este papel num agente de desenvolvimento local, torna-se necessária uma preparação adequada e a aquisição de conhecimentos específicos, além do desenvolvimento de habilidades de liderança, mobilização e diálogo – o que vem reforçar a questão da capacitação de extensionistas no campo do turismo, orientada por princípios pedagógicos de concepção emancipatória, empoderadora e transformadora.

Observando ainda a Figura 4, verifica-se que quase metade dos técnicos pesquisados afirmou estar motivada para trabalhar com turismo, a maior parte em razão deste representar uma oportunidade para o produtor diversificar suas atividades, ou pelo fato de se vislumbrar o turismo como uma atividade econômica potencial a ser desenvolvida na região, ou ainda pela importância que já representa para o meio rural do município – a motivação, neste caso, aparece ligada à demanda.

Por outro lado, os demais técnicos pesquisados (53%) se mostraram em maior parte desmotivados ou mesmo incertos quanto a responderem sobre sua motivação. As justificativas referem-se à falta de qualificação para atuar na área, à perda de motivação por ações anteriores frustradas, à dependência de demanda para gerar motivação, à falta de incentivos ou de corpo técnico envolvido no segmento e à concorrência com outras demandas de trabalho que constam no rol de atribuições do extensionista. Destacam-se a seguir alguns dos relatos dos extensionistas:



Apesar do potencial do município e de alguns casos já em andamento, por diversas oportunidades tentamos organizar um trabalho voltado para o turismo rural sem o sucesso esperado, talvez por falta de maturidade do grupo, interesses dispersos do grupo (...).

Acho que mais uma atividade, e principalmente esta, que com certeza demanda bastante estudo e dedicação, na agenda dos técnicos poderia comprometer outras atividades que são exigidas dos mesmos no momento.

Não, porque faltam programas e mais técnicos para auxiliarem no desenvolvimento do mesmo no município.

(...) percebi que não tenho qualificação suficiente para trabalhar com pessoas. Minha formação é técnica (...) e o trabalho necessário é em relacionamentos humanos, motivação, gestão de conflitos, empreendedorismo, questões mercadológicas, etc. (...)

Como não foram encontrados na literatura brasileira estudos que relacionem diretamente a motivação de extensionistas com o trabalho na área de turismo em contexto rural, considera-se então a hipótese de que os elementos a seguir, apontados por pesquisadores, possam representar entraves que porventura desencadeiem desmotivações, como aquelas relatadas pelos técnicos pesquisados em relação à atuação no campo do turismo.

O segmento do turismo possui caráter multidisciplinar, requerendo do extensionista uma nova postura como agente mediador, que por sua vez demanda investimentos em capacitações que atendam aos novos enfoques da extensão rural diante de seu público, assim como aquelas específicas do turismo (BRICALLI et al., 2002). Em outras palavras, a falta de investimento em qualificação do profissional para encarar os desafios da temática do turismo constituiria fonte de desmotivação.

Segundo Rameh e Santos (2011, p.62), existe de modo geral uma desarticulação entre a extensão estadual e as organizações voltadas ao turismo. Esta carência de parcerias “faz com que as ações fiquem dispersas e impossibilita os extensionistas de desempenharem o importante papel de facilitar acesso dos agricultores aos programas federais, estaduais e municipais voltados ao desenvolvimento turístico”. Bricalli et al. (2002) enfatizam que esta barreira precisa ser rompida, de modo que a extensão rural busque ativamente pelas parcerias entre os atores envolvidos com o turismo.

Existe também um desalinhamento entre a prática dos extensionistas e a teoria proposta pelos movimentos de reconstrução do paradigma de atuação da extensão rural, com especial



destaque para a implementação da PNATER, a qual preconiza que as entidades de extensão deveriam orientar-se por novas diretrizes pedagógicas. Este desalinhamento é discutido por diversos autores, entre eles Caporal (1991); Pinto (1998); Lima (2001); Caporal e Ramos (2006); Brosler e Bergamasco (2010); Pettan (2010).

Rameh e Santos (2011) concordam com o fato, afirmando que há carência quanto ao conhecimento e à assimilação dos fundamentos da PNATER e do PNTRAF por parte dos extensionistas, o que contribui para que eles não incorporem às suas práticas ações promotoras de atividades rurais não agrícolas, especialmente o turismo rural.

Caporal (1991), na busca da identificação de obstáculos às mudanças na prática dos extensionistas afirma que, ao assumir a função de aparelho do Estado, o serviço de extensão passa a sofrer as influências do poder relacional do Estado classista, influenciado pelos interesses das classes dominantes/dirigentes. Persistiria então a atuação assistencialista, produtivista e difusionista no serviço de extensão, em virtude deste refletir a ideologia capitalista.

(...) sob o comando do Estado capitalista as organizações extencionistas (*sic*) tenderão a desempenhar, sempre, o mesmo papel, atuando através de seus agentes-intelectuais subalternos, no sentido do desenvolvimento excludente do capitalismo no campo, agindo mediante um processo educativo disseminador da ideologia burguesa, capaz de abrir caminho para a reprodução das relações capitalistas de produção (CAPORAL, 1991, p.5).

O autor afirma também que os extensionistas, de maneira geral em sua rotina de trabalho, tendem a reduzir seu tempo de reflexão sobre sua própria prática e sobre os resultados de seu trabalho, em detrimento de uma maior e mais eficiente função de puro executor de tarefas (CAPORAL, 1991).

As assertivas de Caporal podem ser confrontadas e tidas como verdadeiras em algumas das respostas dos técnicos que participaram da pesquisa e que disseram estar desmotivados para trabalhar com turismo. Nestas frases, os técnicos fazem algumas reflexões pessoais sobre suas práticas extensionistas, indagando sobre sua potencial atuação no campo do turismo. Ao mesmo tempo eles desconstroem estas considerações ao colocarem suas atribuições tradicionais demandadas pela instituição como prioritárias, que consomem toda a jornada de trabalho, não restando tempo para outras demandas como as de turismo rural e outras

modalidades existentes – e daí emergindo uma desmotivação. Destaca-se a seguir um dos relatos dos técnicos que exemplifica claramente esta situação:

O turismo rural em meu município, apesar de que a maioria dos estabelecimentos interessados tenha passado por todos os treinamentos disponíveis (SENAR, SEBRAE, etc), ocorre de forma desarticulada no conjunto, cada proprietário procura resolver seus problemas de forma isolada, esse individualismo dificulta, no meu modo de ver, o desenvolvimento da cadeia. Este seria um elo que poderia ser trabalhado pela extensão rural (associativismo), mas me preocupa abraçar mais uma frente de trabalho, dado ao volume e generalidade de serviços que as casas da agricultura atendem.

6. Turismo Rural e Sustentabilidade

A pesquisa realizada em 2013 por um dos autores do presente artigo buscou ainda nas opiniões de extensionistas da CATI alguns elementos de sustentabilidade aplicada ao contexto do turismo rural. Para isso utilizou-se como ferramenta o método da análise de conteúdo descrito por Bardin¹⁴ (1979), que consistiu na busca e agrupamento, a partir das opiniões dos técnicos pesquisados, das palavras ou termos que se referissem explicitamente às dimensões do desenvolvimento sustentável elencadas por Caporal e Costabeber (2002), em sua análise multidimensional do desenvolvimento sob a ótica da Agroecologia¹⁵.

Para estes autores, o desenvolvimento sustentável poderia ser definido como a capacidade de um etnoecossistema (inclui-se aí a dimensão cultural humana) em manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo. Neste sentido, eles propõem que o desenvolvimento rural deve assentar-se na busca de contextos de sustentabilidade crescente, alicerçados em seis dimensões básicas relacionadas entre si: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Para melhor entendimento da abordagem, os autores explicam alguns aspectos a serem considerados em cada uma dessas dimensões:

¹⁴ A análise de conteúdo consiste num “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1979, p.42).

¹⁵ Para os autores, a Agroecologia é um enfoque científico que reúne diversos campos de conhecimento visando à construção e expansão de novos saberes socioambientais os quais irão alimentar, num certo horizonte temporal, um processo de transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural para outros mais sustentáveis (Caporal; Costabeber, 2002).



- 1) dimensão ecológica: relaciona-se com noções de conservação da base de recursos naturais enquanto condição fundamental para a continuidade de processos de reprodução social, econômica e cultural das sociedades;
- 2) dimensão social: refere-se à distribuição equitativa da produção e dos custos gerados pelo manejo dos etnoecossistemas, com a busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida;
- 3) dimensão econômica: relacionada com a racionalidade no planejamento e execução da atividade econômica considerando fatores que respeitem as dimensões anteriores.
- 4) dimensão cultural: pressupõe a análise, compreensão e utilização dos saberes e valores locais como ponto de partida para processos de desenvolvimento rural;
- 5) dimensão política: permeia os processos participativos e democráticos no contexto do desenvolvimento rural, referindo-se também ao “empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos dos processos de mudança social” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.79);
- 6) dimensão ética: evoca os princípios e valores que enfoquem a solidariedade intra e intergeracional voltada à resolução da crise socioambiental, tendo “como ponto de partida uma profunda crítica sobre as bases epistemológicas que deram sustentação ao surgimento desta crise” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.79).

Segundo Candiotti (2009) o termo “desenvolvimento sustentável” tem sido utilizado por diversos segmentos da sociedade e do poder público, muitas vezes associado ao desenvolvimento econômico de algum setor do sistema produtivo, como é o caso do turismo. Neste caminho surge a expressão “turismo sustentável”, que tem sido abordada como uma nova postura de planejamento e gestão do turismo, onde são inseridas questões de ordem social e ambiental à vertente econômica. Para Hanai (2012, p.211) esta concepção “amplia os princípios do desenvolvimento turístico à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à distribuição dos benefícios do turismo pela sociedade”.

Considerando que as discussões sobre a relação entre turismo, desenvolvimento e sustentabilidade encontram-se ainda em processo de maturação, e que destes debates têm surgido uma diversidade de abordagens e conceitos (CANDIOTTO, 2009), a pesquisa junto aos extensionistas optou por utilizar o termo “turismo sustentável”, uma vez que este deriva

da concepção de desenvolvimento sustentável que inclusive foi adotada pela missão institucional da CATI.

Neste sentido, perguntou-se aos técnicos sua opinião sobre o que é turismo sustentável, e a partir das respostas foram extraídos os termos que pudessem indicar e quantificar as dimensões do turismo sustentável presentes em seus discursos. Os resultados encontram-se na figura a seguir:

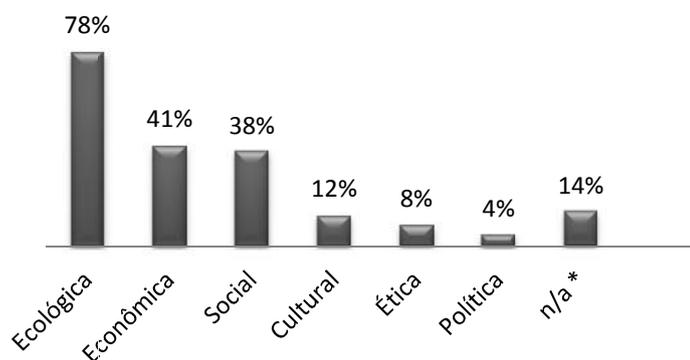


Figura 5. Dimensões da sustentabilidade presentes nos relatos dos extensionistas

** casos em que não foram encontradas palavras ou termos referentes às seis dimensões elencadas.*

Como se pode observar na Figura 5, o três pilares básicos do desenvolvimento sustentável citados por Caporal e Costabeber (2002) – ou seja, as dimensões ecológica, econômica e social – estão presentes na maior parte dos relatos, sendo que as questões ambientais são as mais evidentes quando os técnicos se referem a um turismo que acreditam ser sustentável. Pode-se observar esse aspecto por meio dos termos e jargões encontrados em suas respostas, tais como: “equilíbrio entre os pilares ambiental, social e econômico”; “economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto”; “respeito ao meio ambiente”.

Por outro lado, as dimensões cultural, ética e política foram pouco observadas nos relatos dos extensionistas em relação às demais, o que suscita a levantar a hipótese de que a abordagem destas três dimensões estaria mais ligada a certas correntes teóricas que discutem o desenvolvimento sustentável e que tais dimensões teriam visibilidade ainda incipiente no contexto das sociedades contemporâneas. Em outras palavras, o baixo número de extensionistas que abordaram questões culturais, éticas e políticas em suas respostas poderia se justificar pelo desconhecimento ou ignorância aos argumentos presentes nestas correntes.



Neste sentido, Caporal e Costabeber (2002, p.80) apontam que:

A noção de sustentabilidade tem dado lugar ao surgimento de uma série de correntes do desenvolvimento rural sustentável, entre as quais destacamos aquelas alinhadas com a perspectiva ecotecnocrática e aquelas que vêm se orientando pelas bases epistemológicas da Agroecologia, numa perspectiva ecossocial.

Assim, os autores consideram que os saberes socioambientais discutidos nas diversas correntes teóricas devem ser ampliados e socializados entre os vários atores sociais atuantes no meio rural (incluem-se aí os técnicos da extensão rural), sendo que estes saberes serão subsídios para reflexão e consolidação de novos paradigmas de um desenvolvimento rural que considere no mínimo as seis dimensões apontadas.

É fundamental que os atores-mediadores para um turismo que se proponha ser sustentável estejam atentos para a dimensão cultural, uma vez que o turismo rural muitas vezes se apoia nas manifestações culturais das comunidades receptoras para que possa se desenvolver (RIBEIRO et al., 2012), bem como em seu modo de vida cotidiano e sua cosmovisão.

Weissbach (2005) alerta que o turismo pode ocasionar descaracterizações sobre as culturas locais, por estar comumente acompanhado por apelos imediatistas, hedonistas e consumistas característicos desta atividade econômica, e também em função dos conflitos e transformações ocasionadas pelas relações culturais entre turistas e comunidades receptoras.

Ribeiro et al. (2012) acrescenta que o patrimônio cultural de comunidades rurais, construído a partir de suas transformações culturais, pode se refuncionalizar e ganhar ou perder importância em função das demandas e influências do turismo. Deste modo, o autor destaca que estas comunidades devem ter um olhar crítico quanto à incorporação de novos elementos culturais ou, mesmo, não abrir mão de seus elementos identitários e simbólicos por conta do mercado turístico.

A adoção e a prática dos preceitos preconizados pelo TBC seria de grande contribuição para dar maior espaço à vertente cultural.

Passando agora para a dimensão política, observa-se que houve pequena abordagem nos relatos dos extensionistas sobre esta dimensão (apenas 4%).

De acordo com Irving (2002, p.36), “a participação social no processo de tomada de decisões constitui pré-requisito à sustentabilidade e legitimidade de todo e qualquer projeto planejado e



implementado sob tal designação conceitual”. Deste modo, Solla (2002) aponta que o papel do agente extensionista no campo do turismo rural consistiria em trabalhar para o desenvolvimento qualitativo do tecido sociocultural da comunidade, na expectativa de potencializar processos coletivos e associativos e estimular à formação de lideranças locais.

A partir das observações anteriores revela-se o caráter dicotômico do turismo em sua relação com o universo social, cultural e político de localidades rurais. Segundo Pires (2004), os efeitos transformadores do turismo sobre a manifestação das tradições culturais, seus valores e comportamentos sociais entram em contraponto com o discurso de que o turismo pode contribuir para a valorização social das comunidades e de seus hábitos culturais.

Considerando esta dicotomia ficam reticentes algumas questões que demandariam investigações mais profundas, porém que carecem de respostas: quais são e do que dependem os avanços na atuação dos extensionistas para a chamada “nova extensão”, almejada a partir de enfoques metodológicos participativos e de diretrizes orientadoras como as propostas pela PNATER? O serviço de extensão rural no Estado de São Paulo está conseguindo superar os limites da formação e da prática extensionista de modo a interagir com as comunidades rurais para construir com elas os próprios conceitos de desenvolvimento e de turismo sustentáveis?

E por fim: os extensionistas têm conseguido compreender, distinguir e apreender os diversos aspectos peculiares ao fenômeno turístico que venham a interferir na dinâmica sociocultural das comunidades rurais? Ao se olhar para os apontamentos e reflexões apresentados neste artigo, a resposta seria que há um caminho ainda a se percorrer.

7. Considerações Finais

A extensão rural contemporânea tende a adotar a agricultura familiar como público preferencial, ao mesmo tempo em que deixa de se voltar apenas para atividades agrícolas. Esse olhar parte da compreensão de que a busca pelo desenvolvimento no meio rural passa pela necessidade de enxergá-lo como um espaço que oferece múltiplas possibilidades, e não somente aquelas tradicionais e de cunho agropecuário. As novas ruralidades que emergem neste contexto - entre elas o turismo rural e o turismo de base comunitária - indicam o potencial destas favorecerem processos de desenvolvimento, à medida que podem representar mais oportunidades no campo (RAMEH; SANTOS, 2011).



Antes de se conceber o turismo rural ou TBC como oportunidades ou alternativas que viabilizem o desenvolvimento local, deve-se pensá-los sob uma abordagem sistêmica, considerando todos os elementos e atores sociais envolvidos em seus aspectos, “uma vez que os princípios de agroecologia, parceria, meio ambiente, comunidade local, empoderamento, valorização do saber local, dialogicidade, inserção de atores diversos fazem parte da atual concepção de desenvolvimento para o espaço rural, como também são palavras-chave e princípios que compõem a atual política de assistência técnica e extensão rural do governo” (QUEIROZ, 2005, p.7).

É notável que, de maneira geral, a sistematização das condutas institucionais das entidades públicas de extensão rural diante desses princípios e perante o tema ‘turismo’ ainda é incipiente e varia entre os Estados, ainda que possa haver envolvimento de extensionistas com a causa nas esferas locais. Frente a esta situação podemos então resgatar e complementar o questionamento feito por Queiroz (2005): em termos práticos, o extensionista estaria preparado para apoiar o desenvolvimento dessa atividade no espaço rural, e de maneira mais sustentável?

Neste sentido, Pettan (2010) indica que ainda há um descompasso entre a teoria oferecida pelos movimentos que propõem novos modelos de extensão e a prática extensionista realizada no campo, mas este é um desafio que se encontra em fase de transposição.

Rumando para o ponto de intersecção entre a extensão rural e o turismo, a constatação do autor nos faz compreender que a construção de uma identidade entre estas duas áreas se consolida na medida em que os serviços de extensão rural percebem as transformações ocorrentes no espaço rural, assimilam princípios originários de diferentes esferas ou contextos que orientem seu planejamento institucional (a exemplo da PNATER, do PNTRAF e da ideologia da sustentabilidade) e, acima de tudo, passam a investir efetivamente seus esforços nesta assimilação.

Referências

ANDRADE, D. Turismo rural: análise dos resultados de um projeto de extensão no âmbito da comunidade. *Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica*. Vol. VII, nº4, Rio de Janeiro, abr. 2012, p.69-80.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1979. 225p.



BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BONETTI, L. A.; CANDIOTTO, L.Z.P. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012, Uberlândia. *Anais*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. 17p.

BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria de Políticas de Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. Brasília: 2004. 40p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar - PNTRAF*. Brasília: 2004. 28p.

_____. Ministério do desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER*. Brasília: 2004. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2013.

BRICALLI, L. C. L.; FUCKS, P.M.; ALMEIDA, J.A. A extensão rural a serviço do turismo rural. In: Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 3. *Anais*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002. p.182-188.

BROSLER, T.M.; OLIVEIRA, E. R. L.; BERGAMASCO, S. M. P. Métodos na nova extensão rural no Brasil: caminho para a participação, de quem? In: Congresso da SOBER, 48. *Anais*. Campo Grande: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. *Revista Formação*, n.16, v.1, p.48-59. UNESP, Presidente Prudente, 2009.

_____. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. *Revista CULTUR*, Ilhéus, BA, ano 07, n.2, p.111-131, Jun.2013.

CAPORAL, F. R. *A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, RS, 1991. 134p.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. *Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p.70-85, jul/set. 2002.

CERETTA, C. C.; SANTOS, N.R.Z. O papel da Extensão rural e a abordagem do turismo junto às pequenas propriedades rurais. *Revista de Extensão Rural*, DEAER/CCR/UFSM, v.20, n.2, mai-ago 2013. p.7-29.

DECRETO Nº41.608, de 24 de fevereiro de 1997. Disponível em <<http://www.imprensaoficial.com.br>>. Acesso em 01 out. 2013.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, A.B. (Org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. IPHAN, João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p.22-29.

GRUNBERG, E. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 24 p.

GUIMARÃES, C. V. R. M. A ação extensionista em turismo no ambiente rural. In: Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 3. *Anais*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002. p.149-153.



HANAI, F.Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G. Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais. *Revista Turismo em Análise*, vol. 22, n. 1, abril 2011.

_____. *Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil*. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação e Área de Concentração em Ciências da Engenharia Ambiental. Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

_____. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, SP, v.8, n.1, p. 198-231, jan-abr/2012.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IRVING, M. A. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A. (Org.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002. p.113-129.

LEI Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm> Acesso em: 10 ago. 2013.

LEI Nº 12.845, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/area/turismo.php>>. Acesso em 10 jun. 2013.

LIMA, I.A. *A extensão rural e a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas, 2001. 146 p.

MAGALHÃES, L.H.; ZANON, E.; BRANCO, P.M.C. *Educação Patrimonial: da teoria à prática*. Londrina: Ed.Unifil, 2009. 108p.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina - gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

PETTAN, K. B. *A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências*. Tese de Doutorado em Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas, 2010. 396 p.

PINTO, A. G. *A construção de uma nova extensão rural: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998. 114 p.

PIRES, E. V. *Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as Comunidades Receptoras: Uma Análise Conceitual*. Caderno Virtual de Turismo, vol. 4, núm. 3, 2004, pp. 14-18

QUEIROZ, P. G. Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, 43. *Pôster – Apresentação em Sessão com debatedor*. Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 14p.

RAMEH, L. M.; SANTOS, M. S. T. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.49-66, abr. 2011.



RIBEIRO, M.; SOUTO, C. B.; SANTOS, E. O. A valorização da memória e do patrimônio cultural como atrativos turísticos em propriedades rurais do Rio Grande do Sul. *Revista Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, RS, n.4, p.263-275, abr-jun, 2012.

ROQUE, A. M. J. (Org.). *Panorama Empresarial de Turismo Rural 2010*. IDESTUR, São Paulo, 2010. Disponível em < <http://www.turismorural.org.br>>. Acesso em: 15 jun.2013.

_____ (Coord.). *Guia Turismo de Campo: turismo rural no Estado de São Paulo*. São Paulo: Turismo de Campo editora, 2006. 178p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008*. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 10 ago.2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. *Revista Casa da Agricultura*. Campinas: CECOR/CATI, ano 15, n.2, abr./mai./jun.2012. 44p.

SILVA, J. G.; GROSSI, M.D.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan/abr 2002.

SOLLA, X. M. S. Turismo Rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, M. A. (Org.). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002. p.113-129.

TONET, R. M. Algumas sugestões sobre o novo papel da extensão rural. *Informações Econômicas*, v.38, n.10, out. 2008. p.28-34.

ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.; SAMPAIO, C. A. C. *Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha*. II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), Fortaleza, 12 a 15 de maio de 2008.

Recebido em: 08/06/2014 (1ª versão) 03/02/2015 (última versão)

Aprovado em: 10/02/2015